

1

Introdução

Esta dissertação pretende estudar a revolta ocorrida no Rio de Janeiro, em janeiro de 1880. E, ao mesmo tempo, realizar um estudo sobre mudanças políticas e sociais, bem como os rearranjos dos diversos grupos na composição de uma nova ordem para a sociedade num momento em que se presenciava a dissolução das bases sustentadoras da Sociedade Imperial. A revolta, então, não pode ser compreendida desvinculada desse contexto de mudanças.

Essa manifestação ficou conhecida como Revolta de Vintém por ter ocorrido, a princípio, devido ao aumento proposto para as passagens dos transportes públicos da cidade, e expressa, outrossim, a insatisfação da população diante das transformações de normas, valores e costumes que trazia em si significados e identidade para o grupo social menos favorecido da Sociedade Imperial.

O objeto do trabalho concentra-se na Revolta do Vintém como episódio de contestação de um grupo social que buscava reiterar antigos costumes diante de um modelo de sociedade em transformação. Para tanto, fez-se necessário estudar o processo histórico de mudanças na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX. Essas mudanças estruturais relacionadas às questões sociais envolviam o trabalho escravo, as consequências da imigração, principalmente, para a cidade do Rio de Janeiro, a crise na política com o rompimento do Partido Liberal e o crescimento das idéias republicanas e promoveram a dissolução do Estado Imperial.

Iniciaremos o estudo, analisando como a organização política do Segundo Reinado sofria abalos devido às constantes críticas às instituições imperiais e questões como a organização política do Império, as mudanças no aspecto social da cidade e as relações do Estado com os grupos sociais. Não se trata, porém, de uma problematização histórica sobre as instituições imperiais, mas o esboço de uma sociedade repleta de mudanças e permanências na qual se desenvolveu a revolta de 1880, e uma das intenções deste trabalho foi a de recuperar as características dessa sociedade em dissolução.

Partimos, assim, da segunda metade do século XIX, momento em que o Estado imperial sofreu abalos nas suas instituições políticas, até então consideradas sólidas, principalmente, as referentes ao arranjo político entre os partidos Liberal e Conservador que compunham o quadro político do Império. O primeiro abalo ocorreu devido à própria fragilidade do sistema político quando o Imperador, utilizando o Poder Moderador, dissolveu o Gabinete Liberal e nomeou outro, especificamente, conservador vinculado aos saquaremas. As críticas dos liberais ao Império, então, se acentuaram, sobretudo, por parte dos liberais radicais que passaram a defender reformas e a contestar as antigas práticas políticas do Império.

Outra intenção deste trabalho é apresentar os discursos produzidos pelos críticos do Estado Imperial, bem como a forma como conduziram seus projetos de mudança e expandiram suas apreciações a cerca da monarquia para além do Parlamento, tornando públicas suas idéias e propostas na medida em que utilizaram a imprensa com finalidade de divulgá-las.

Verificamos, também, que a partir da intensificação dessas críticas, o Estado imperial, procurou redefinir suas relações políticas e sociais. Com a formação de um novo Gabinete, liderado pelo Marquês de São Vicente; o grupo conservador defendeu reformas para salvar a própria monarquia. Esse grupo pretendia que as reformas fossem realizadas pelo próprio Imperador, a fim de salvaguardar o trono e o país.

No estudo sobre as críticas feitas ao governo chamou-nos a atenção os alertas feitos pelos conservadores ao monarca em relação ao crescimento da corrente republicana entre os liberais radicais. Nabuco de Araújo alertou o Imperador sobre o crescimento das idéias contrárias ao próprio sistema, afirmando que havia grupos que tinham interesse na permanência da monarquia, mas com reformas liberais, enquanto outros grupos não a desejavam nem mesmo com essas reformas.

Diante desse quadro de críticas, a partir de 1870, a Câmara discutiu projetos e propostas reformistas com a intenção de modernizar as instituições da monarquia brasileira. Reformas judiciais, eleitorais e, principalmente, mudanças nas relações de trabalho foram discutidas no Parlamento. Mas cuidavam, em todos os aspectos, em não comprometerem as relações hierárquicas tradicionais sobre as quais o Império apoiava-se.

Observamos que as reformas, apesar de não representarem grandes mudanças para a sociedade, ampliaram e deram oportunidade de trazer a discussão sobre os temas abordados no Parlamento. Em relação às mudanças propostas para o judiciário, as reformas foram tímidas, já que elas não interferiram nos inquéritos policiais e não alteraram a estrutura da magistratura. Mas a necessidade de elaborar um projeto jurídico de ordenação do trabalho escravo, a partir do fim do tráfico negreiro em 1850, ampliou as discussões sobre a criação de um código específico para a regulamentação desse tipo de trabalho.

E ainda que com dificuldades em abordar esse assunto que envolvia um dos direitos básicos do liberalismo, o direito à propriedade privada, uma vez que o escravo era legalmente tratado como propriedade de seu senhor, as discussões a cerca da transição do trabalho escravo para o livre intensificaram-se.

Na dissertação, mostramos a forma como esse tema foi tratado, tanto pelas autoridades da época, quanto pelos próprios interessados. Nesse sentido, apresentamos as pesquisas recentes que demonstram como os escravos transitaram e construíram uma idéia própria sobre a liberdade. Para isso, foi imprescindível a leitura das obras de Chalhoub como suporte para a compreensão das formas políticas cotidianas utilizadas pelos escravos a fim de romperem ou mesmo amenizarem as condições da escravidão.

Apresentamos, também as discussões significativas sobre a escravidão, principalmente, a partir de 1871, quando a lei de 28 de setembro estabeleceu que além da liberdade dos nascidos após essa data, seria consentida a alforria forçada por indenização de valor. Mais do que a liberdade do ventre, o artigo sobre a compra de alforria garantiu aos escravos o acesso à justiça com processos de liberdade através da indenização, ao senhor, de seu preço. Esse fato abalou, ainda mais, as relações sociais estabelecidas na sociedade escravistas, uma vez que a legitimidade da instituição da escravidão foi abertamente questionada e nos ofereceu a dimensão das alterações sociais que se apresentavam nessa sociedade escravista.

Outra proposta a ser analisada, é a apresentada pelos grupos contrários à monarquia, referentes às mudanças na legislação sobre as eleições do Império, porque essas pretendiam estabelecer as eleições diretas para a composição do quadro

parlamentar. As eleições diretas, porém, para os liberais, garantiriam maior lisura no processo eletivo, já para os representantes mais conservadores, eram inviáveis em virtude da falta de educação da população em relação à participação política e os projetos do governo para a reforma eleitoral reservavam apenas aos eleitores alfabetizados a participação nas eleições.

Só em 1879, as eleições passaram a ser diretas, para a nomeação dos deputados, senadores e membros das assembleias provinciais. Mas o projeto elevou a renda mínima para a participação nas eleições, passando de 200 mil réis anuais para o montante de 400 mil réis. Tal proposta suscitou profundas discussões que se prolongaram por todo o Gabinete de Sinimbu. Os adversários à proposta do governo argumentavam que as eleições se tornariam muito mais restritivas, em virtude da diminuição do número de eleitores. O interesse sobre o assunto, nas páginas desta dissertação, está relacionado à discussão sobre os limites da cidadania na Sociedade Imperial.

Para isso, é necessário analisarmos as discussões sobre as mudanças do processo eleitoral propostas pelo Gabinete de Sinimbu que esbarraram com a proposta de aumento dos impostos sobre as passagens dos transportes de cargas e passageiros, e, principalmente, sobre os transportes públicos que atendiam à população da cidade do Rio de Janeiro. O projeto previa que a cobrança de vinte réis sobre as passagens de bondes recairia apenas para os habitantes da cidade, o que suscitou muitas discussões, não só no parlamento.

As discussões ganharam as ruas, principalmente, através da imprensa que passou a reproduzir todas as discussões parlamentares relacionadas à questão escrava, às mudanças eleitorais e às questões dos impostos. Os jornais da época, Gazeta de Notícias e Jornal do Comércio, tornavam públicos os discursos dos parlamentares sobre as questões que envolviam tais temas. Mesmo que grande parte da população da cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, fosse formada por analfabetos, as notícias circulavam nos cafés, nos armazéns, nas ruas da cidade, e muitas vezes graças à leitura feita nos locais de venda desses jornais. Numa sociedade de iletrados, esses locais contribuíram para a propagação das notícias e das últimas novidades (Renault, 1982).

Ao divulgar essas discussões parlamentares, os jornais contribuíram para a formação de uma opinião pública, que alcançou outras camadas da sociedade antes desconsideradas pelas elites conservadoras brasileiras. É interessante perceber que as propostas dos liberais não cogitavam a incorporação da população à participação política, uma vez que os projetos desse grupo também viam desinteresse do povo em relação às questões políticas. O chamado "Zé Povinho", expressão utilizada pelo jornalista José do Patrocínio, era ignorante e avesso à participação política, estava ligado à tradição e se preocupava somente em satisfazer suas necessidades imediatas.

No entanto, o "Zé Povinho" mesmo analfabeto, morando em lugares de grande aglomeração, sem nenhum tipo de saneamento, vivendo próximo aos locais de trabalho no cais da cidade, construiu relações de solidariedade e sociabilidade que revelavam aspectos importantes da organização social, do exercício do poder e da mentalidade da população no período. Justamente porque essas camadas pobres, quase sempre formadas de ex-escravos, instituíram uma cidade própria e alternativa com práticas políticas próprias, devido ao longo período de luta contra a escravidão. E mesmo impedidos de participarem dos pleitos oficiais, já que não tinham renda, procuravam outros caminhos para as negociações políticas na tentativa de assegurarem direitos.

De acordo com Chalhoub (1990), essa cidade alternativa de homens pobres constituía-se em uma "cidade negra", espaço de práticas sociais que politizavam o cotidiano dos seus habitantes, no momento em que transformavam eventos comuns das relações sociais em acontecimentos políticos, críticos à instituição da escravidão no Brasil. A política nesse espaço urbano estava instaurada, mas a lógica das lutas ia além da lógica oficial de participação. Ali o lugar da política era nas lutas cotidianas de desobediência, na compra de alforrias, no fato de muitos escravos viverem "sobre si" e outras ações comuns na escravidão. Esses atos representam momentos de crise do trabalho forçado, uma vez que essas ações são formas de transgredirem as próprias condições sociais criadas pelos próprios sujeitos históricos.

Por isso, este estudo concentra-se na cidade do Rio de Janeiro. Cenário da vida política-administrativa do Brasil. A cidade era marcada por contradições sociais no seu espaço. Sendo assim, arena importante das mudanças urbana e social que se

processaram no país. Acompanhar os projetos modernizadores elaborados pela elite governante, para a cidade foi pensar também o lugar da população subalterna, que naquele momento era formado de homens negros pobres, escravos e imigrantes. As tensões sociais eram constantes nesta cidade, que ao longo dos séculos, assistiu ao crescimento de grandes desigualdades no seu espaço público.

Nesse cenário de crise do Império, momento em que a instituição sofre abalos nas bases de sustentação, desenvolveu-se a Revolta do Vintém. A revolta ocorreu em 1880, quando o governo a fim de aumentar a arrecadação de impostos, propôs a criação de uma taxa de vinte réis sobre os transportes urbanos. A polêmica, sobre o imposto, amplamente discutida pela imprensa, revelou que o ponto de maior descontentamento, não foi única e exclusivamente o repasse do valor para as passagens dos bondes que circulavam na cidade, mas o fato de que a taxa incidiria apenas sobre os habitantes do Rio de Janeiro, isentando outros estados brasileiros.

Durante quatro dias, cerca de cinco mil pessoas foram para as ruas protestar e reivindicar a intervenção do Imperador contra as medidas do projeto. A polícia registrou nesse início de janeiro a destruição de bondes, ataque às mulas e a transeuntes; no comércio, causou um grande transtorno na cidade que de uma hora para outra foi cenário de uma revolta social. O protesto terminou com mortos e feridos e mostrou que o "Zé Povinho" tinha interesses políticos próprios que muitas vezes fugiam aos interesses da elite. Essa revolta demonstrou que apesar das regras da Sociedade Imperial excluírem a maior parte da população, essa buscava maneiras de demonstrar seu descontentamento e reivindicar seus direitos.

A Revolta do Vintém está inserida no que Thompson (1998) denominou de economia moral da multidão, movimentos gerados pela insatisfação de determinados grupos sociais com a transgressão de princípios e práticas sociais que julgavam de "direito" e eram partilhados pelos grupos que compunham a sociedade brasileira. A revolta ocorreu no momento em que a política de dominação senhorial desmantelava-se.

Diante das mudanças sociais que ocorriam, principalmente, em relação à questão da mão-de-obra, em que homens livres e pobres viviam lado a lado com escravos que viviam "sobre si", no momento em que os senhores vinham aos poucos

deixando de responsabilizar-se por seus escravos e, o Estado imperial perdia, também, a hegemonia da sua política de dominação, criou-se, então, um período de acomodação entre as antigas instituições sociais e as novas propostas surgidas nas últimas décadas do século XIX.

O período foi marcado pelo reordenamento dessa política de dominação e das relações entre os grupos sociais, que procuravam estabelecer novos significados que nortegassem seus conflitos. Por isso, a rua tornou-se um dos espaços possíveis de atuação e reivindicação dos grupos sociais.

A Revolta do Vintém pode ser entendida à luz dessas mudanças sociais e políticas. No início, ela foi forjada pela imprensa que se opunha ao Gabinete de Sinimbu, mas ganhou nova dimensão não pensada pelos líderes do movimento. Através da imprensa eram divulgadas as negociatas que ocorriam entre esse Gabinete e as companhias de transportes urbanos e chamavam o povo à participação, mas pretendiam que fosse dentro da “ordem e civilidade”, pois não queriam abalar as instituições imperiais, apenas mostrar o descontentamento gerado pelo gabinete. No entanto, a “população” pobre foi além das expectativas daqueles apontados como líderes do movimento e, durante os primeiros dias de janeiro de 1880, assumiu o controle do movimento, demonstrando que seus descontentamentos não estavam ligados apenas à cobrança do imposto.

Na presente dissertação, o objetivo principal é compreender a Revolta do Vintém nesse contexto de dissolução do Estado Imperial e, também a maneira como os grupos que ficavam à margem da participação política oficial, percebeu essa mudança. Dessa forma, procuramos fazer um trabalho exploratório, investigando a situação de mudança enfrentada por uma população que construiu relações sociais numa sociedade hierarquizada. Investigamos, ainda, como essa população estabeleceu uma rede de relações sociais a fim de assegurar seus valores, costumes e práticas sociais.

Para isso, interessou-nos examinar os muitos aspectos não abordados sobre a Revolta do Vintém e a sua estreita ligação com as transformações que se processavam no seio da sociedade imperial. Neste sentido, entendemos que a Revolta do Vintém se processou não apenas pela vontade de republicanos que utilizaram à imprensa para

sufragar uma revolta contra a autoridade imperial como até então era pensada a revolta. Por isso, buscamos encaminhar a discussão no sentido de perceber os interesses dessa população que participou da revolta, mas que levou o movimento muito além dos interesses de seus planejadores.

As informações para a realização deste trabalho foram extraídas das mais diversas fontes tais como: bibliografias que abordavam a sociedade brasileira nas últimas décadas do século XIX, publicações e periódicos da época, comunicação dos oficiais da polícia informando sobre o evento. A documentação pesquisada é da Biblioteca Nacional, principalmente, os periódicos e do Arquivo Nacional em que encontramos os ofícios policiais sobre a revolta. Também utilizamos mapas para localizar as áreas da cidade onde ocorreu o principal conflito entre os participantes da revolta e a polícia.

Quanto à estrutura da dissertação, optamos por apresentar inicialmente um painel da sociedade brasileira no contexto das mudanças políticas, sociais e econômicas e a forma como a cidade do Rio de Janeiro e sua população foram afetadas por essas mudanças. Antes de trabalhar com a Revolta do vintém, propriamente dita, mostrou-se necessário apresentar o contexto no qual eclode a revolta. Por isso, optamos por capítulos que mostrassem um painel das transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, tanto em seus aspectos urbanos quanto sociais. No primeiro capítulo, discutimos a crise do Império, as opções surgidas em resposta a essa crise e, principalmente, o quadro de críticas que contribuíram para sua dissolução do modelo de sociedade imperial.

No segundo e terceiro capítulos abordamos a questão de crise, a Revolta do Vintém, que constituiu o objeto empírico da pesquisa. E no quarto capítulo da dissertação, concentramo-nos na descrição, conceituação e análise dessa revolta, e sua relação com a dissolução do Império e a forma como os populares percebiam e atuavam nesse momento de mudanças sociais. Por isso, as várias questões suscitadas foram tratadas na forma de reflexão ao logo desse último capítulo da dissertação.